

Aníbal Fernandes

Pedro Piedade Marques

PORTU
GAL EM
SAÚDE
EM POR
TUGAL

SEGUIDO de
O “AFFAIRE SADE”
DE LISBOA

MONTAG



MMXVII

TÍTULO

*Portugal em Sade, Sade em Portugal,
seguido de O "Affaire Sade" de Lisboa*

TEXTOS

Aníbal Fernandes e Pedro Piedade Marques

ESTA EDIÇÃO

Novembro de 2017

Portugal em Sade, Sade em Portugal

(2.ª edição revista; 1.ª edição: 1992)

© Aníbal Fernandes

O "Affaire Sade" de Lisboa

© Pedro Piedade Marques

DESIGN

Montag

Texto composto em Neutra e Bodoni

IMPRESSÃO

DPS Digital Printing Services

ISBN

978-989-98987-4-5

DEPÓSITO LEGAL

Montag[®]

montag@zonmail.pt

montag.com.pt

O copyright dos textos, excertos e imagens publicados e reproduzidos pertence aos seus autores/designers/ilustradores/fotógrafos e/ou editoras, todos devidamente identificados quando possível. Reservados todos os direitos. Esta edição não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo electrónico, mecânico, gravação ou outros, sem prévia autorização escrita do Editor.

O texto desta edição não obedece ao Acordo Ortográfico de 1990.

ANÍBAL FERNANDES

Nasceu em Angola em 1933, licenciou-se em Engenharia na Universidade do Porto e durante onze anos responsabilizou-se pelo abastecimento de água na cidade de Luanda. Dez meses de independência bastaram-lhe para prever esta Angola política, económica e social. Por reacção, sentiu-se europeu. Vive, desde 1976, em Lisboa. Traduz para ler devagar. Ao longo dos últimos 50 anos, organizou antologias e traduziu para as editoras Ulisseia, Afrodite, &etc, Estampa, Relógio d'Água, Difel, Hiena, Frenesi, Assírio & Alvim, Sistema Solar e Ignota/Sr. Teste.



ÍNDICE

Introdução 11

Portugal em Sade, Sade em Portugal 19

ANÍBAL FERNANDES

O “affaire Sade” de Lisboa:
a justiça de Salazar contra o “Pauvert português” 61

PEDRO PIEDADE MARQUES

Notas 150

Bibliografia 158

ANEXO

DOCUMENTOS PROCESSUAIS 163

Autos de declarações 174

Despacho de pronúncia 180

Contestações 188

Acórdão 215

Índice remissivo 229

**Juste ciel! il y a donc des pays dans le monde, où l'abus
des choses les plus respectables est tel, que le premier
infracteur de la loi, est celui qui doit la venger.**

Marquês de Sade, *Aline et Valcour ou le Roman
Philosophique* (1795)

■

**Mas eu editei Sade contra Salazar, com todo o risco que
era estar contra ele, editei-o para abalar a censura...**

Fernando Ribeiro de Mello (1990)

■

**Bateu à porta o agente
mostrou o cartão e disse
fomos informados.**

**Entrou
percorreu a casa toda
revistou revistou os livros.**

**Era já tarde
era a segunda vez.**

**Disse
tenha cautela.**

Saiu.

Fechou a porta.

Fechei-me.

Ana Hatherly, "Calados", *Poesia 1958-1978* (1980)



Introdução

NO ANO em que se cumpre meio século sobre o termo do primeiro processo por abuso de liberdade de imprensa movido e levado a cabo contra um editor (entre outros arguidos) pela publicação de um livro durante o Estado Novo (o segundo processo seria também contra o mesmo editor e terminaria em 1970), este volume procura, ao mesmo tempo, lembrar e contar a história dessa acção judicial (processo n.º 125/66, cujo palco foi o Tribunal Plenário da Boa-Hora, ou, mais rigorosamente, o 2.º Juízo Criminal de Lisboa, entre 18 de Julho de 1966 e 9 de Novembro de 1967) e recuperar o único texto que, passados mais de vinte anos sobre a sua conclusão, lhe fez referência, numa altura que o editor Fernando Ribeiro de Mello e a Afrodite estavam já quase completamente esquecidos.

Esse texto foi publicado numa edição da Hiena de 1992, *O Marquês de Sade e a sua cúmplice, seguido de Portugal em Sade, Sade em Portugal* de Jean Paulhan, e foi assinado por António Carmo Luís, pseudónimo de Aníbal Fernandes. Sem outra pretensão que não fosse analisar a presença de Portugal e da Lisboa da Inquisição e dos autos-da-fé numa das novelas de Sade, *Aline et Valcourt ou le Roman Philosophique*, bem como o curto historial das edições portuguesas do divino marquês, Aníbal Fernandes decide conversar com Ribeiro de Mello a uma mesa

da Brasileira do Chiado sobre a sua edição da *Filosofia na Alcova* de 1966 (a primeira edição portuguesa integral de uma das obras “canónicas” de Sade) e o processo que se lhe seguiu. Assim, em redor daquela mesa de café, em 1990, aconteceu algo que nenhum jornalista ou historiador cultural se lembrara de fazer desde o 25 de Abril de 1974: pôr o editor desse Sade que escandalizara Lisboa a explicar-se, dar-lhe a palavra e fixá-la. Ribeiro de Mello não chegou a ver o livro impresso, tendo morrido em Fevereiro de 1992, pouco depois de fazer 50 anos. E desde então esta história regressou ao inexplicável esquecimento a foi entregue.

Urgia fundir essa memorável e única ocasião em que um editor condenado durante o consulado de Salazar pôde falar dessa experiência com a oportunidade perdida para fixar definitivamente o relato do “affaire Sade” português que foi a soberba 2.^a edição da Afrodite da *Filosofia na Alcova* em 1975, que incluía um posfácio composto da reprodução de algumas peças do processo mas ao qual faltava o essencial: uma narração dos eventos pelo principal arguido, o editor. Não tendo também o seu advogado Manuel João da Palma Carlos emulado o defensor de Jean-Jacques Pauvert em 1956, Maurice Garçon, e, já depois da Revolução, escrito um relato do processo (como o fizera, e apaixonadamente, para o caso da “herança Sommer” em 1971), ficou-se assim com uma história contada por alguns documentos processuais e três curtas notas de edição. Apenas uma vez, antes dessa edição, no seu folheto polemista de 1968 *As Avelãs do Cesariny*, revelara o editor alguns detalhes e pistas em redor do processo – a recusa de Cruzeiro Seixas em ilustrar o livro, a falta de apoio público aos arguidos, salvo um abaixo-assinado que circulara timidamente por Lisboa – mas é óbvio que, antes de 1974, pouco mais poderia fazer: a edição em Lisboa, antes ou depois da queda de Salazar, de algo semelhante a *L’Affaire Sade* (que expusera a defesa de Pauvert) teria sido impensável, uma autêntica loucura.

Apesar de uma ligeira revisão pelo seu autor, com a intenção de preservar o texto original de Aníbal Fernandes mantiveram-se neste alguns dados relativos ao julgamento que se repetirão, ainda que de modo mais elaborado, no meu texto sobre o mesmo. Mantiveram-se também intocadas, bem entendido, as opiniões do autor sobre o percurso da Afrodite depois deste episódio com as quais discordo (como, por exemplo, de que “não emergiu das ondas em que estivera mergulhada”). Quanto ao meu texto sobre o processo, concentro-me aí apenas nos factos estritamente respeitantes ao mesmo, indo onde não pude ir em *Editor Contra* (por força dos contrangimentos de espaço) mas recorrendo a este sempre que necessário (como na análise da extensa contestação de Palma Carlos, a peça central da defesa, já nesse livro feita ao pormenor).

De Paris – onde Jean-Jacques Pauvert publicara em 1953 a edição de *La Philosophie dans le Boudoir* de Sade cujo exemplar guardado em casa do pintor Cruzeiro Seixas chegará, 12 anos depois, às mãos do incipiente editor Ribeiro de Mello – a Bissau – onde em 1970 arderão os últimos exemplares que tinham escapado à punição do fogo pelas autoridades portuguesas – esta história passa ainda por Luanda (onde se congemma uma raríssima homenagem ao divino marquês nas páginas do suplemento literário de um diário ferozmente afecto à Situação) antes de se desenrolar em Lisboa entre o Verão de 1966 e o Inverno de 1967, no ritmo irregular desse tribunal *sui generis* que era o Plenário da Boa Hora. Não é, contudo, uma história particular ao Estado Novo (no contexto do qual é até excepcional: levar editores e autores à barra dos tribunais era algo a que Salazar sempre fora avesso, pelo receio fundado da exposição internacional dos mecanismos de repressão intelectual do regime): este julgamento em Lisboa partilhava a essência dos que, nesses anos, em Paris, Londres, Nova Iorque ou Buenos Aires tinham obrigado ou iriam obrigar editores como Pauvert, Girodias, Maspero, Losfeld, a Penguin, Barney Rosset ou Jorge Álvarez a defenderem a liberdade de publicar e de ler.

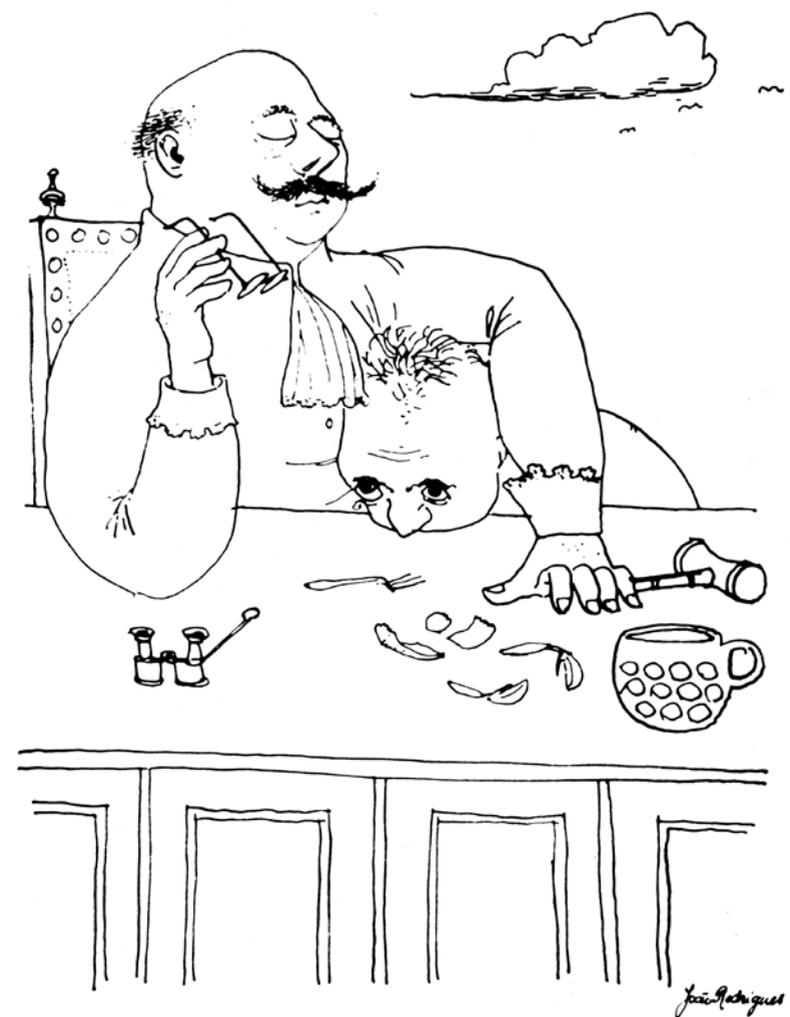
O que talvez seja particular ao caso português, àqueles anos de brutal repressão da heterodoxia cultural, é o desfecho, com condenações inapeláveis de todos os réus. E um morto – o ilustrador João Rodrigues, que se suicidou pouco antes do início do julgamento – que só com muito esforço poderíamos não considerar, no mínimo, como uma vítima indirecta deste processo. A decisão de condenar o editor e os colaboradores na publicação de um romance sobre as ficcionais licenciosidades praticadas por gente de elevada estirpe social sobre uma menor e de, ao mesmo tempo, “abafar” as investigações policiais a uma rede bem real de prostituição de menores em Lisboa, frequentada por altas figuras da “situação” (o caso dos “ballets roses”, entre 1966 e 1968), é também uma nítida marca do regime de então.

Ao contrário do processo à *Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, cuja lista de réus incluía Natália Correia, Cesariny, Ary dos Santos e outros nomes sonantes, e tinha no centro uma edição de inegável qualidade e valor literários, a memória do processo ao Sade da Afrodite – uma edição menos cuidada, vítima das circunstâncias – tem sido, apesar da sua importância histórica, negligenciada por quem confunde a história da edição com a da literatura. Espera-se, pois, que este livro contribua para uma ligeira correcção dessa injustiça.

Falecidos todos os principais intervenientes no processo (não tenho, porém, a certeza quanto ao “outsider” Calado Trindade, mas não consegui encontrá-lo), resta pedir aos documentos e aos registos dispersos dessas vozes do passado que falem. Quanto a mim, resta-me agradecer a simpatia, a erudição e a disponibilidade de Aníbal Fernandes para com este projecto, as mesmas que reservara já para a produção do livro *Editor Contra*. Ser o seu editor é uma honra.

Pedro Piedade Marques

Novembro de 2017



EM CIMA Desenho da série “Os juizes” (João Rodrigues, 1958)

1
suites, qui ne vous avaient jamais fait autant de mal ? Détruisez, anéantissez sans pitié ce ver rongeur qui vous mine insensiblement ; enchaînez de leurs propres fers ces dangereux ennemis de la liberté et du commerce ; qu'on ne voie plus qu'un *auto-da-fé* à Lisbonne, et que les victimes consumées soient les corps de ces scélérats ; mais si vous aviez jamais ce courage, il arriverait alors quelque chose de fort plaisant, c'est

ALINE ET VALCOUR.

O U

LE ROMAN
PHILOSOPHIQUE.

Écrit à la Bastille un an avant la Révolution
de France.

ORNÉ DE SEIZE GRAVURES.

A PARIS,

Chez la veuve GIROUARD, Libraire,
maison Égalité, Galerie de Bois, N^o. 196,

1795.

*Portugal em Sade,
Sade em Portugal*

ANÍBAL FERNANDES

EM 29 DE FEVEREIRO DE 1784, o Marquês de Sade foi transferido de Vincennes para a Bastilha.

“Ver-me corrido assim, à força e sem contar” — começa ele por dizer numa carta que escreveu à sua mulher — “sem ser prevenido, com todo este mistério, com todo este incógnito burlesco, todo este entusiasmo, todo este calor que mal se perdoaria na primeira efervescência de um caso o mais consequente, mas que é tão chato como ridículo depois de doze anos de desgraça. E vejo-me raptado para onde? Para uma prisão onde estou mil vezes pior e mil vezes mais incomodado do que no infeliz lugar que agora deixo...” Em cartas seguintes reclama camisas, toalhas, lenços, roupa interior, barretes, lençóis e, sendo possível, alguns livros.

Para um nobre a Bastilha não era, porém, dos piores lugares. Se possuía celas subterrâneas, destinadas aos piores castigos e a uma futura e romântica tradição, também dispunha de quartos elegantemente mobilados e de uma comida que nem fama tinha de ser má. O marquês, ferido com essa transferência intempestiva e sem justificação aparente, habituado a uma cela onde sonhara demoradamente *Justine* e *Juliette*,

reagia — como veio a verificar-se — sem muita razão. Pouco tempo depois, o quarto que lhe distribuíram era mobilado a seu gosto; as paredes forradas com outro tecido; chegavam-lhe livros e resmas de papel saídos da mão de uma marquesa desde há muito magoada mas sempre fiel: só de uma vez, “*dezano-ve cadernos e uma garrafa de tinta*”; de outra, “*seis grandes penas talhadas, outras seis de galo e vinte e um cadernos de papel pautado*”; viu-se inundado com livros de viagens, romances de Marivaux, Fielding, Prévost e Laclos. O marquês já tinha o necessário para a sua viagem imóvel. E viajava.

Sentado, com um papel à frente e a imaginação à solta, viajava sobretudo *d’un chateau l’autre* — castelos sombrios de sei lá onde, itálias e franças cheias de florestas cerradas onde punia mil vezes a virtude. Passava os dias a escorrer peripécias negras num romance que viria a baptizar de *Aline e Valcour ou O Romance Filosófico*. Laclos, Richardson e tantos outros já tinham firmado a moda da história epistolar. Nesses tempos sem telefone nem internet, as pessoas escreviam-se muito e não era inverosímil de todo que uma história pudesse brotar inteira do maço de cartas trocadas entre testemunhas e protagonistas de uma acção. O marquês, porém, complicava. Escritor a tempo inteiro a sabendo-se roedor lento de uma generosa pena, ganhava o gosto por obras cada vez mais longas que garantiam a todo o custo a sua amplitude interrompendo a anedota com divagações intermináveis e de uma erudição imprevisível nas personagens que as proferiam, intercalando histórias dentro de histórias, autênticos romances autónomos dentro do romance.

Aline e Valcour chegou ao fim com três longos parêntesis que lhe interrompiam a acção central. Ia o marquês na Carta XXXV quando intercalou a *História de Sainville* com cerca de

340 páginas; ia o marquês na Carta XXXVIII quando intercalou a *História de Léonore* com cerca de 350 páginas; e ainda nessa mesma carta teve a audácia de dar outro corte dentro do corte intrometendo *O Crime do Sentimento ou Os Delírios do Amor*, “*novela espanhola*”.

Dir-se-á, porém, que sentiu vontade de variar e atirar com a sua heroína ingénua para muito mais longe, fazê-la passar por volúpias desconhecidas e bárbaras, só credíveis em zonas do mundo com uma grande probabilidade de desconhecido, zonas do mundo quase fora do mundo. O marquês deve ter ido à estante da cela avaliar que auxílio lhe davam aqueles tantos livros carregados pela marquesa — Cook, Bougainville, Pigafetta, sei lá que mais — de ousados viajantes a quem todo o excesso da imaginação ainda era nessa altura indesmentível por ciência feita.

Pôr a sua Léonore em África não lhe pareceu difícil. Pior seria o regresso a casa através de Portugal e Espanha.

A carta de 25 de Novembro de 1786 à sua mulher já denota impaciência. Talvez a história fosse a mais de meio sem ele saber nada de Lisboa nem Madrid. Insiste: “*As respostas espanholas e portuguesas são infinitamente urgentes. Parece que o mais simples seria mandar procurar um professor de línguas nativo dessa nação [sic], fazer-lhe as perguntas, dizer-lhe para responder por escrito e dar-lhe um escudo que ele de forma alguma ganharia com uma lição, e esta bem mais trabalho lhe custaria. Conjuuro-vos a enviá-las de imediato.*” Não sabemos que informações lhe arranjou a marquesa. Certo é que o romance não falhou Lisboa.

Perdida em Tripoli do seu amado Sainville, forçada a perigosas aventuras no Cairo, Léonore vê-se compelida a des-

cer o continente até bem ao sul, ao reino de Ben Maacoro, negro “*o mais cruel e feroz de toda a África*”. Sade atribui-lhe uma missão lograda mas sem registo nos nossos manuais de História. Teve de “entreter” o rei Maacoro para D. Lopes de Riveiras, chefe do estabelecimento português de Tete, pôr em prática o plano sabiamente architectado pelo Conde de Souza: nem mais nem menos do que ligar o forte de Tete a Benguela através do reino de Butua. Este precursor do mapa cor-de-rosa é concretizado no solo pela arte de avanços e recuos de Léonore, heroína sempre intacta que Sade vai poupando à custa de Clémentine, sua companheira-reverso, ali à mão para sofrer aquilo que o destino desiste de fazer passar à outra.

O leitor, amnésico em História e Geografia, só terá que deixar-se conduzir por esta África sonhada na Bastilha, de acompanhar as dilaceradas heroínas até Benguela e vê-las, exaustas, tomar o barco para Lisboa.

Era a Lisboa de uns trinta anos atrás. Sade não precisa de dizer-nos quem reina para adivinharmos D. João V. Léonore e Clémentine desembarcam no Tejo, passam pelo inevitável recurso ao carregador galego (nota de Sade: “*é gente da Galiza, que em Lisboa exerce a profissão de carregador, cangalheiro, etc.*”), e quando ele lhe pergunta para onde querem ir, Léonore responde sem hesitar:

— “*Para o Boulnois, na Stella*”.

Apanhadas na baixa pela multidão que se comprime para ver passar o rei (o rei vai, claro está, numa carruagem luxuosa e em direcção ao convento onde uma donzela da mais alta estirpe toma o véu), é com dificuldade que sobem por Saint-Bente até à estalagem Bon Repas, à frente daquele con-

vento que será futura Assembleia. Dos galegos, contudo, nem sombra.

— “*Fomos roubadas!...*”

Neste momento entra em cena o criado Camarieros, palavra de sonoridade tão próxima de “camareiro” que pensamos logo numa confusão de Sade. Camarieros consola-as com a vaga hipótese de os galegos se terem enganado. Talvez as suas malas estejam na casa do Sr. Williams, um inglês instalado, pelos vistos, na Lapa, já que é dono da estalagem da rua “Bueros Caires” [Rua de Buenos Aires, antiga Rua Direita de Buenos Aires].

Se a indefesa Léonore sucumbe à gravidade do momento, Clémentine mostra-se muito mais prática:

— “*Lembra-te, minha filha, de que não morrem de fome duas lindas raparigas se tiverem um espírito como o nosso.*”

Resolvem voltar ao porto, mas o navio que as trouxe já vai a caminho de Cádiz. Resta-lhes saber quem é o alcaide da zona a que pertence a estalagem Bon Repas. É de D. Laurent de Pardenos, um homem (como se verá depois) com umas destas “*fisionomias doces e de expressão afectada, que escondem uma alma feroz e corrompida*”; “*hábil velhaco, endurecido a todos os males do próximo, capaz de vê-lo sem lhe prestar ajuda ou aliviando-o apenas com a esperança de o utilizar em seu proveito; libertino sem freio, grande hipócrita, celerado profundo*”. A descrição é esmagadora e deixa pintado do mais retinto negro este vilão que as aconselha a não ceder às armadilhas que o crime, “*sempre vigilante, prepara à inocência*”. Pergunta sua, e caridosa: “*já fizestes a escolha do vosso confessor?*”, sublinhada por uma mão distraída que chega ao seio de Clémentine.

regular havia mais de uma década (1978 fora o último ano em que publicara mais do que dois títulos), acossado pela calamitosa falência da distribuidora Bloco-Expresso desde a desintervenção estatal nesta em 1979, que arrastara a Afrodite e outras editoras distribuídas por aquela e o obrigara a um custoso processo contra o Estado português desde 1981, Mello era, no inclemente mapa da edição nacional, um fantasma, ou, pelo menos, uma figura cuja marca territorial forte que imprimira nesse mapa parecia já apagada, esmaecida.

A má sorte que o assombrara na década anterior manifestou-se, aliás, nesse ano de 1990 de uma forma cruel: pretendendo, como meio de celebrar os 25 anos da Afrodite (e sabe-se lá como iria financiar esse projecto), reeditar a *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica* (segundo livro da Afrodite no distante ano de 1965 e uma das suas grandes edições, sobre a qual a sua imagem de editor corajoso se apoiara no seu arranque), Mello viu a nega que Natália Correia (a organizadora da antologia) lhe tinha feito a esse desejo desde 1974 transformar-se numa ameaça de processo judicial caso ele avançasse, secundada pelo apoio a Natália de alguns dos autores cujos poemas tinham constado da primeira edição.¹ Nem Vitor Silva Tavares, próximo desde a década de 1960 e que sempre se prestara



a servir de testemunha nos vários processos em que o editor da Afrodite se viu envolvido, podia ou queria agora ajudá-lo, alegando que, num conflito dessa natureza, “jogava sempre pelo autor”.² Era como se já nem pudesse alardear o que restava da sua gloriosa carreira de jovem editor destemido nas barbas de Salazar num ano de redondo aniversário.

•••



Acontece que era precisamente desse arranque tumultuoso da Afrodite, vinte e cinco anos antes, que Aníbal Fernandes queria falar com Mello. Se este sofrera uma queda evidente na sua actividade, aquele, desde que voltara de Angola no final da década de 1970, pondo fim a uma muito bem sucedida carreira de engenheiro (na qual chegara a dirigir a rede de águas da cidade de Luanda), estabelecera e solidificara a carreira paralela como antologador e, sobretudo, tradutor em projectos editoriais pequenos mas prestigiados (&etc, Assírio & Alvim, *Relógio d'Água*, entre outras).

Era para um desses projectos (a *Hiena* de Rui Martiniano) que ele pretendia fixar o testemunho do editor. Sade era o motivo. Ou melhor, uma edição de *O Marquês de Sade e a sua Cúmplice* de Jean Paulhan, para a qual escreveria um texto “contextualizador” que procurava analisar as relações

da prosa do divino marquês com Portugal e as edições das suas obras por cá.

E aqui entrava o editor Mello na história. Não podia, aliás, ser de outro modo, como Fernandes sabia muito bem: a Afrodite lançara a primeira edição integral de uma das obras “canónicas” de Sade em Portugal. Sete anos depois da astuta tentativa de **Luiz Pacheco** “infiltrar” um pedaço de Sade na bibliografia nacional, com a edição de **Diálogo entre um Padre e um Moribundo** (Contraponto, 1959), um “fingimento” de texto dramático para poder inserir esse curto texto na colecção de teatro da Contraponto³, chegava às livrarias portuguesas a primeira edição de *A Filosofia na Alcova* (*La Philosophie dans le Boudoir*, cuja primeira fixação datava de 1795). Fruto da energia e da insensatez de um jovem portuense de 25 anos, apenas chegado a Lisboa uns três anos antes, sem frequência universitária ou qualquer experiência literária (se descontarmos a sua curta carreira de declamador de poesia, que tivera o auge na célebre e infame “Sessão do Teste” em 1964), com uma capacidade inata de atrair e agregar colaborações de gente de variada proveniência e estatuto no meio literário e artístico, a edição foi também o resultado de constrangimentos circunstanciais, dos quais o maior terá sido a pressão policial e a iminente pressão judicial que já pendia sobre a Afrodite, em virtude da publicação da *Antologia* organizada por Natália Correia, em Dezembro de 1965, presções que terão ditado receios e recusas e que seriam o agoiro e o anúncio de males por vir.

Como agoiro certo, se dela tivesse sabido Ribeiro de Mello, teria sido recebida a notícia de que fora uma encenação da *Philosophie* sadiana por Nicolas Bataille que servira

de pretexto ao chefe da polícia parisiense Papon para, em Outubro de 1964, encerrar definitivamente a luxuosa *boîte* La Grande Séverine que o editor **Maurice Girodias** adquirira com o dinheiro ganho com a edição de *Lolita* de Nabokov (um duro revés que acabaria por ser também o canto do cisne na carreira do destemido fundador da Olympia Press).

...

E era um desses males por vir, Fernandes sabia-o bem, que tornava duplamente inédito o episódio da edição da *Filosofia na Alcova* de 1966, nesse Outono ainda de plena força do consulado de Salazar: não apenas o de uma publicação de um Sade já “pornográfico” às claras (ainda que o estatuto editorial da Afrodite fosse de rigorosa ilegalidade, uma vez que nunca se inscreveria no Grémio Nacional dos Editores e Livreiros), comercial (contando com uma distribuição por uma rede mínima de livrarias), com os nomes do editor e colaboradores estampados na ficha técnica, como, sobretudo, o de um processo contra o editor e colaboradores que essa edição instigou por parte do Estado (então ainda Novo), um processo que, nos quarenta anos da Revolução Nacional que se cumpriam então, era de todo inédito. Ribeiro de Mello tornar-se-ia, assim, em Novembro de 1967 (mês em que os juízes do Tribunal Plenário se pronunciaram pela condenação dos réus, pondo fim ao processo iniciado em Julho do ano anterior) no primeiro editor a ser condenado por crime de “abuso de liberdade de imprensa” no seguimento da publicação de um livro. A sua segunda condenação em 1970 (pelo processo contra a *Antologia* de 1965) apenas reforçaria outro facto inédito na sua biografia: o de ser o *único* editor, durante a

vigência do Estado Novo, a ser processado e condenado por publicar livros.

Avessos à má publicidade e à complexidade inerente a um processo contra uma obra literária (e escaldados com o episódio da extraordinária tentativa de processo a Aquilino Ribeiro pela publicação de *Quando os Lobos Uivam* em 1959, que acabara por ser arquivado, com amnistia para o réu — efeito ainda da campanha de Humberto Delgado no ano anterior, que tornara o regime altamente sensível ao mínimo sinal de provocação), os governos de Salazar e Caetano e os seus braços policial e judicial sempre tinham preferido a intimidação pela ameaça de um processo à sua instauração de facto, procurando não atrair atenções para o que não passavam de julgamentos por opinião, logo políticos ou facilmente “politizáveis” pelas oposições. A Europa-América estava a tornar-se um problema e o seu editor, Francisco Lyon de Castro, atrevia-se, em dois congressos internacionais de editores consecutivos (em Barcelona, em 1962, e em Washington, em 1965), a apontar o problema da censura e da perseguição policial à edição? A PIDE deslocava-se à sua sede e apreendia milhares de livros num só dia. A Minotauro de Bruno da Ponte atrevia-se, em finais de 1966, a publicar um livro com duas peças em um acto de Sttau Monteiro em que o exército português era (ou se sentia, por via do seu representante no governo, o Ministro da Defesa) ridicularizado? A PIDE agia prontamente sob ordens superiores e encerrava compulsivamente a editora e prendia o autor durante seis meses e sem culpa formada.⁴

As inúmeras sugestões de “procedimento criminal” que se podem ler nos relatórios dos serviços de Censura ao lon-

go de mais de quarenta anos redundavam nessa ameaça de brutal constrangimento financeiro (por pagamento de multas, particularmente penosas para livreiros, ou por apreensões de livros, que atingiam duramente os editores) ou de encarceramento, e quase nunca se traduziam no arranque de um processo judicial. Mesmo quando, em nova excepção a esta norma, se inicia o processo contra as autoras das *Novas Cartas Portuguesas* em 1972, as primeiras diligências policiais não se fazem através da PIDE ou Polícia Judiciária mas da PSP, “ou seja, a Polícia encarregada da averiguação dos delitos comuns”⁵, numa clara tentativa de “despolitizar” o caso e de o afastar da esfera dos crimes de abuso de liberdade de imprensa. Coube assim a Ribeiro de Mello o papel de *rara avis*: o do editor forçado a defender-se na barra do tribunal da Boa-Hora por duas vezes, e por duas vezes condenado. E ele ali estava agora, à mesa da Brasileira.

•••

Apesar da pátina literária aplicada na edição do texto e, em particular, do discurso directo, paira sobre esta conversa uma nuvem de tensão, de incómodo. Independentemente de particulares idiosincrasias (quem o conhece ou com ele já conversou, sabe da precisão cirúrgica do seu humor perfurante e da frontalidade das suas opiniões), Aníbal Fernandes, ali, era afinal o representante do público leitor que a Afrodite soubera seduzir durante perto de quinze anos e que se sentia algo traído, ou, no mínimo, desiludido com o rumo da editora desde o final da década de 1970. Por seu lado, Mello, aceitasse-o ou não, era ali não só o excelente editor que fora do final dos anos 60 a meados da década seguinte (seis ou sete anos em

que não se consegue apontar uma falha, um passo em falso à Afrodite), mas também o editor do *Mein Kampf* em Portugal e da série de livros de temática política descaradamente comerciais, publicados de rajada entre 1976 e 1978, que tinham manchado inegavelmente a imagem impoluta da Afrodite e lançado o caos num catálogo que até então reflectira uma identidade perfeitamente definida.

Era possível que Fernandes não concluísse que essa deriva para uma “reaccionária e oportunista comercialice”⁶, como escrevera Luiz Pacheco em 1976, poderia ter sido a reacção desesperada de “um editor em apuros” (como o *Jornal Novo* intitulou a carta aberta de Ribeiro de Mello ao primeiro-ministro Mário Soares em 1977, dando conta da situação financeira desesperada da Afrodite⁷); era possível também que o soubesse e que achasse que isso não explicava ou justificava algumas das escolhas no catálogo de Mello no final dos anos 70, e que procurasse agora obter essa explicação e essa justificação. Em suma: aquela conversa de café era, para além de uma inquirição, também uma espécie de julgamento.

...

Que ficara dessa louca aventura de publicar a *Filosofia na Alcova* na Lisboa vigiadíssima de 1966? Na verdade, muito pouco. Se o processo e o julgamento subsequentes garantiram ao editor uma fama prolongada e o epíteto de “Pauvert português”, o émulo luso desse lendário editor francês que, a partir do final da década de 1940, pela primeira vez publicara Sade sem ser de modo clandestino e pagara o atrevimento com inúmeros processos, o certo é que da edição propriamente dita pouco ficara para a história.

Dos seis personagens deste episódio rocambolesco com laivos de tragédia – o editor **Ribeiro de Mello**, os prefaciadores **David Mourão-Ferreira** e **Luiz Pacheco**, o ilustrador **João Rodrigues**, o quase-tradutor **Herberto Helder** que recebeu a encomenda e o tradutor de facto **Calado Trindade** a quem aquele a passou – apenas Pacheco retirou algo de que se poderia orgulhar depois: um texto⁸ de directo confronto com a repressão e a hipocrisia geral da sociedade portuguesa face à sexualidade (e a particular hipocrisia do juiz Arelo Manso, que o condenara num processo anterior e que ele nomeou directamente no texto).

Se Mourão-Ferreira cumpre e passa incólume por este barco em chamuscas (o seu prefácio “contra Sade” garante-lhe a ausência do grupo de acusados), já a colaboração de Herberto Helder e João Rodrigues redundou num notório fracasso. É de crer que a tradução da obra, depois da escolha do título a publicar (uma escolha por exclusão de partes, como o editor explica na conversa com Aníbal Fernandes), se tivesse desenrolado ao longo do final de 1965 até Janeiro do ano seguinte. Quando Ribeiro de Mello contacta por telegrama Pacheco a **1 de Fevereiro** pedindo-lhe o prefácio, aborda já a melindrosa questão da atribuição da tradução: como ficará claro mais tarde pelos depoimentos do editor e de **Herberto Helder** no processo judicial, este não quis sequer pegar na tradução, passando-a a um jovem estudante universitário em Lisboa, António Manuel Calado Trindade, que agiu portanto como o “negro” nessa transacção (termo da gíria do meio para designar uma forma comum de sub-contratação em que tradutores-fantasma assumiam parte do volume de texto a traduzir pelo tradutor contratado). Na resposta do